



Folha de Informação de Aprovação de Edital de Seleção de Doutorado

Ao PPG em Educação

Trata-se do Edital de Seleção do curso de Doutorado, cujas as datas de inscrição vão de 14 de setembro a 30 de outubro de 2020, para turma com início no primeiro semestre letivo do ano de 2021.

Serão oferecidas 48 (quarenta e oito) vagas para o curso de Doutorado. Destas vagas e eventuais futuras aberturas, 30% do total, serão destinadas a inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

Após verificação dos procedimentos e dos calendários, esse edital encontra-se aprovado pelo Departamento de Fomento ao Ensino para Graduados (DEPG).

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2020

Marcelo Sant'Ana Lima
DEPG/PR2

À Consideração superior

Alice Casemiro Lopes
Diretora do DEPG



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

**EDITAL 002/2020
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO - TURMA 2021/1**

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período das **10:00h do dia 14 de setembro, até às 23:59h do dia 30 de outubro de 2020**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Doutorado, para turma com início em 2021/1º semestre. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário que consta no item 7 deste Edital.

I- VAGAS E CANDIDATOS:

1.1 - Serão oferecidas **48** vagas para o curso de doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim. Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015. Destas vagas, **15** serão destinadas a inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015, assim distribuídas, em três diferentes estratos: **12% (06 vagas)** para estudantes graduados negros e indígenas, **12% (06 vagas)** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público, e **06% (03 vagas)** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. As vagas serão distribuídas considerando o quantitativo oferecido por Linha de Pesquisa.

1.2 - Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

1.3 - O preenchimento do total de vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto.

1.4 - Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente.

1.5 - A Coordenação do Programa reserva-se o direito de:

- a) Proceder ao remanejamento entre linhas de pesquisa/orientadores/ áreas de concentração de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.
- b) Não havendo inscrições para as 15 vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos extratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.

1.6 - As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPEd/UERJ indicadas no Anexo I.

1.7 - A lista dos professores com disponibilidade de vaga para orientação de Doutorado e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.

II- DA REALIZAÇÃO

2.1-Em cumprimento às Leis Estaduais n. 6.914/2014 e n. 6959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão especificadas do ANEXO III desse Edital.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1 Período e processo das inscrições:

- a) As inscrições, para todos os candidatos inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas no período de **14 de setembro, a partir das 10:00h, ao dia 30 de outubro de 2020, até às 23:59h.**
- b) As inscrições serão realizadas pela Internet, no endereço www.proped.pro.br/selecao/
- c) Os candidatos terão acesso ao formulário de inscrição clicando em "Inscrições Doutorado", e seguindo as instruções subsequentes.
 - c.1. Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), o candidato visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ, para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
 - c.1.2. Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos extratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item II deste Edital.

c.1.3. O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição.

c.1.3.1. O candidato que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-lo para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (**comissão_doutorado@proped.pro.br**).

c.1.4. O candidato que não tiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (**comissão_doutorado@proped.pro.br**) no prazo estabelecido no item 6.2.e deste edital. O não pagamento implicará na sua eliminação do processo seletivo.

d) Os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item 3.3., escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba "uploads").

e) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou Francês. Aqueles candidatos que não tenham a comprovação de aptidão em Língua Estrangeira do Mestrado conforme o subitem K do item 3.3, devem informar as duas Línguas Estrangeiras escolhidas. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.

f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A Comissão de Seleção de Doutorado poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.2 Documentos exigidos

Todos os documentos abaixo listados devem ser escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, e enviados através de links específicos disponíveis na área de inscrições online (ficha de inscrição, aba "uploads"). **Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles:**

a) Projeto de Tese, indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende estar vinculado.

b) Currículo no formato Lattes com a produção dos últimos 5 anos.

c) Documentos comprobatórios do Currículo Lattes (um único arquivo).

d) Memorial acadêmico.

e) **Frente e verso** do diploma de graduação (um único arquivo).

f) **Frente e verso** do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora (um único arquivo).

g) Histórico Escolar de conclusão do Mestrado, devidamente assinados

— **Não serão aceitos demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet.**

h) Declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do Histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado.

i) Documento de identidade ou carteira de habilitação. **O candidato deve estar ciente que, em caso de aprovação, a carteira de habilitação não será aceita para efetivação da matrícula.**

- j) CPF, caso esta informação não conste na carteira de identidade ou a carteira de habilitação.
- k) Documento comprobatório para isenção de Língua Estrangeira, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de mestrado, conforme os termos do **item 4.2** deste Edital.
- l) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015:
- 1.1) atender às instruções específicas do ANEXO III - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. Inclusive deve estar atento aos prazos estabelecidos no item **VI** deste Edital.

3.3- Candidatos com diplomas emitidos por Instituições de Ensino Superior no exterior:

- 3.3.1- Candidatos estrangeiros deverão apresentar original e cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol; e original e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- 3.3.2- Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão apresentar original e cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.
- 3.3.3- Passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- 3.3.4- Para o caso de inscrição feita do exterior, passaporte válido autenticado pelo Consulado Brasileiro mais próximo.

3.5- Resultado da Inscrição:

- a) A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós- graduação em Educação só será confirmada após verificação da documentação apresentada.
- b) O resultado da inscrição será divulgado no **dia 13 de novembro de 2020, após 16:00h**, por meio do site www.proped.pro.br/selecao/, aba "resultados", em uma listagem constando número da inscrição e a menção "**inscrição homologada**" ou "**inscrição não homologada**", e também comunicado individualmente, por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.
- c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item **3.2** (e **3.3**, no caso de estrangeiros) terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.
- d) **Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.**

IV- PROCESSO SELETIVO:

4.1- O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

- a) Análise do projeto de tese e do Memorial acadêmico pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador sugerido pelo candidato (caráter eliminatório).

a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa do orientador e da Linha de pesquisa para qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação metodológica. (Consultar os Projetos dos orientadores no ANEXO II)

a.2) Na avaliação do Memorial acadêmico será considerada a qualidade da escrita e a compatibilidade da trajetória do candidato com o projeto de pesquisa do orientador escolhido.

b) Arguição oral do projeto de tese (de caráter eliminatório). A arguição será feita remotamente por link a ser enviado aos candidatos selecionados pela Comissão de Seleção do Doutorado. Em caso de queda de rede de internet no dia agendado para a defesa será possível a remarcação para outra data acordada entre a banca de seleção e o candidato. **TODAS AS DEFESAS SERÃO GRAVADAS** e arquivadas pelo ProPEd.

b.1) O acesso ao link só poderá ser feito no horário previamente marcado.

b.2) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.1.

b.3) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição.

c) Avaliação, pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador sugerido pelo candidato, do Currículo Lattes (caráter classificatório):

c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes acompanhadas de documentação comprobatória referente aos últimos 5 anos.

c.2) Na avaliação do Currículo Lattes serão considerados os seguintes aspectos: produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área.

4.2- Excepcionalmente, a prova de Língua Estrangeira será realizada **APENAS** por os efetivamente aprovados e matriculados no curso em 2021, em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd assim que as condições sanitárias permitirem.

4.2.1. Só será concedida isenção em Língua Estrangeira ao o candidato que solicitá-la no formulário de inscrição inserindo a documentação comprobatória.

4.2.2. Serão aceitas isenções de todas as Línguas Estrangeiras.

4.2.3. Poderão solicitar isenção em provas de Língua Estrangeira:

a) Candidato que tenha comprovante de aprovação em prova de Língua Estrangeira em concurso feito para curso de Mestrado credenciado pela CAPES. Quando não comprovado em histórico escolar, o documento comprobatório deverá ser apresentado no ato da inscrição, em conformidade com os termos da alínea “k” do item **3.2** deste Edital.

b) A isenção da(s) Prova(s) de Língua Estrangeira não será automática e dependerá de homologação da Comissão de Seleção de Doutorado que será realizada quando examinar a documentação apresentada. **O resultado do pedido de isenção será publicado com o resultado da homologação do pedido de isenção.**

d) Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos.

e) Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do Certificado de Excelência em Língua Portuguesa (CELP), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.

4.2.4. Quanto a realização da prova Língua Estrangeira

Excepcionalmente, a prova de Língua Estrangeira será realizada em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd assim que as condições sanitárias permitirem

4.2.4.1. Objetivo e Critérios

- a) A prova de Língua Estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas Línguas Estrangeiras. As provas terão duração máxima de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, sendo permitida somente a utilização de dicionário trazido pelo próprio candidato. O candidato que necessitar fazer a prova de proficiência em duas Línguas Estrangeiras terá o prazo máximo de 05 (cinco) horas para a realização em sequência das duas provas.
- b) Será considerado aprovado na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato que obtiver em cada uma a menção **apto**.
- c) Candidatos que obtiverem a menção **não apto** na(s) prova(s) de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização;
- d) Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato será desligado do curso;
- e) o candidato estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.

V- CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- a) será considerado aprovado para a continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver a menção **apto** na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de tese e do Memorial acadêmico, conforme item **4.1 a**;
- b) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na avaliação oral do projeto de tese;
- c) será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;
- d) será considerado aprovado na avaliação oral do Projeto de tese e na análise do Currículo Lattes o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- e) do resultado das etapas **b** e **c** (atendidas a exigência de nota mínima) será extraída uma média final ponderada com peso 6 (seis) para a avaliação oral (arguição) do Projeto de tese e peso 4 (quatro) para a análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;
- f) a média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado;
- g) a classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação; observando a destinação de 30% das vagas oferecidas por linha de pesquisa para os candidatos aprovados pelo sistema de cota.
 - g.1) não havendo entrada de candidatos aprovados pelas cotas, as vagas serão ocupadas obedecendo a classificação geral.
- h) em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - h.1) Em caso de empate entre os candidatos na classificação, será dada prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei

estadual nº 8469, de 15 de julho de 2019;

h.2) O mais idoso terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso.

h.3) maior nota na avaliação oral (arguição) do projeto de tese;

h.4) maior nota na análise do Currículo Lattes.

i) caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção de Doutorado, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa, sendo respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual e expressa anuência das partes envolvidas.

V- MATRÍCULA:

5.1- Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, em data a ser definida oportunamente e comunicada à todos os candidatos, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste Edital.

5.2- Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

a) Apresentar Declaração de Conhecimento da Deliberação que regulamenta o funcionamento dos cursos de Mestrado e Doutorado.

b) Fazer upload de uma foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba "uploads").

c) Imprimir o formulário de matrícula em sua página de inscrição, no sítio www.proped.pro.br/selecao/

d) Apresentar à Secretaria do ProPEd, em data e horário a ser definido e informado posteriormente, pelo site do ProPEd (www.proped.pro.br), e por e-mail da secretaria, os **documentos originais** e respectivas cópias listados a seguir:

d.1. Diploma de **Mestrado, com data da defesa**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;

d.1.1. No caso de a indicação de reconhecimento do curso não constar do diploma, o candidato precisará solicitar uma declaração à Instituição emissora do documento em que conste essa data.

d. 2. Histórico escolar completo do Mestrado, validado pela instituição emissora;

d.2.1. Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de Mestrado, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente a certidão de conclusão do Mestrado, com data da defesa, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.

d.3. Carteira de identidade. **Não será aceita carteira de habilitação.**

d.4. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

d.5. 01 (uma) foto 3x4.

5.3. Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados, anteriormente escaneados e acrescentados à inscrição online, serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

5.4- A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se realizará em duas etapas:

(1) Pré-matrícula online, **em data a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br)**. Os aprovados deverão entrar no site e preencher o formulário.

(2) **Sobre a entrega dos documentos, excepcionalmente, de forma a atender às recomendações sanitárias, a Coordenação do ProPEd informará aos candidatos, pelo site <www.proped.pro.br>, e por e-mail enviado pela Secretaria do ProPEd, quais serão os procedimentos adotados.**

5.5- Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

VI. CALENDÁRIO

6.1 CALENDÁRIO GERAL

a) INSCRIÇÕES

Data: **14 de setembro (10:00h) a 30 de outubro de 2020 (23:59h).**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

b) RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **13 de novembro de 2020. Horário: após 16:00h**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

c) RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **13 a 16 de novembro de 2020.** Por e-mail, à Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **19 de novembro de 2020 a partir de 16:00h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

e) RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **02 de dezembro de 2020. Horário: a partir de 16:00h**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

f) DIVULGAÇÃO DAS DATAS DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO E MEMORIAL

Data: **02 de dezembro de 2020**. Horário: **a partir de 16:00h**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

g) ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **07 a 18 de dezembro de 2020**.

Horário: a ser comunicado no site do Programa de Pós-graduação em Educação:

www.proped.pro.br/selecao/ .

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

Local: **LINK A SER ENVIADO AO CANDIDATO POR EMAIL PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO DOUTORADO**

h) RESULTADO DA AVALIAÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **04 de janeiro de 2021**. Horário: **a partir de 16:00h**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

i) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Data: **a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissão_doutorado@proped.pro.br)**.

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

j) RECURSOS AO RESULTADO FINAL

Data: **a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissão_doutorado@proped.pro.br)**.

k) RESPOSTA AO RECURSO DO RESULTADO FINAL

Data: **a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissão_doutorado@proped.pro.br)**.

l) IMPRESSÃO DE FORMULÁRIO DE MATRÍCULA

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Data: a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

DADA A EXCEPCIONALIDADE DO MOMENTO, OS PROCEDIMENTOS SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE PELO SITE DO E E-MAIL DA SECRETARIA DO ProPEd

m) DIVULGAÇÃO DA RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS

Data: a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

n) IMPRESSÃO DE FORMULÁRIO DE MATRÍCULA PELOS RECLASSIFICADOS

Data: a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

Pelo site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

DADA A EXCEPCIONALIDADE DO MOMENTO, OS PROCEDIMENTOS SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE PELO SITE DO E E-MAIL DA SECRETARIA DO ProPEd.

6.2. CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS

a) PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE COTAS PARA OS CANDIDATOS SELECIONADOS PARA A ARGUIÇÃO. Consultar o Anexo III

Data: **07 de dezembro a 09 de dezembro de 2020**

Cada candidato nessa situação receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Doutorado informando como deve proceder para fazer o upload dos documentos. Esse e-mail será divulgado só para esses candidatos.

b) RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **29 de janeiro de 2021, por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado**

c) RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **01 a 05 de fevereiro de 2021**

Os recursos deverão ser encaminhados pelo mesmo e-mail usado para fazer o upload da documentação. Esse e-mail será divulgado só para esses candidatos.

f) RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **26 de fevereiro de 2021**

g) PRAZO PARA O ENVIO DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO PARA OS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO, MAS NÃO FORAM APROVADOS PARA CONCORRER AS VAGAS DESTINADAS AOS COTISTAS.

Data: **a ser definida posteriormente e divulgada no site do Programa e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br)**. . **O comprovante deverá ser enviado por e-mail da Comissão de Seleção do Doutorado.**

O candidato que não enviar o comprovante será eliminado do processo seletivo.

VIII- DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1- A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.
- 8.2- Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.
- 8.3- A defesa do Projeto de Pesquisa por meio remoto poderá ser remarcada 02 vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Persistindo o problema a Banca Examinadora poderá utilizar a chamada por vídeo pelo aplicativo *WhatsApp* para realizar a Arguição.
- 8.4- O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2021.
- 8.5- Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a sexta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.
- 8.6- O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das provas, desistência durante o processo, ou qualquer outra circunstância.
- 8.7- A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.
- 8.8- A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar das etapas de seleção.
- 8.9 - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.
- 8.9- A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, desde que não interfira nas etapas referentes à cotas, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.
- 8.10. O calendário pode ser alterado pelo DEPG, no que concerne os resultados de análise e recursos de cota em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário deve ser

amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

8.10- A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada em data a ser definida posteriormente pela Coordenação do ProPEd. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na eliminação do candidato, podendo assim ser chamado o próximo classificado da lista dos aprovados.

8.11- Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

8.12- A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e de infraestrutura do processo de seleção.

8.13- Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado que será divulgado no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

IX -. ENDEREÇO PARA INFORMAÇÕES:

Site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

E-mail: secretaria@proped.pro.br

Email: comissao_doutorado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020

Ana Chrystina Venancio Mignot
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

ANEXOS

Anexo I- QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Anexo II- LISTA DE PROJETOS

Anexo III- INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Linha “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”

Professores	Vagas
Aldo Victorio Filho	01
Alexandra Garcia	01
Fernando Pocahy	01
Gustavo Coelho	02
Jane Paiva	01
Mailsa Passos	01
Maria da Conceição Silva Soares	02
Nilda Alves	02
Rosemary dos Santos de Oliveira	02
Stela Guedes Caputo	01
Total	14

Linha “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”

Professores	Vagas
1- Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
2- Elizabeth Fernandes de Macedo	02
3- Rita de Cássia Prazeres Frangella	02
4- Rosanne Evangelista Dias	01
5- Talita Vidal Pereira	01
Total	08

Linha “Educação Inclusiva e Processos Educacionais”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	01
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	01
Flávia Faissal de Souza	02
Leila Regina d’Oliveira de Paula Nunes	01
Rosana Glat	01
Total	06

Linha “Infância, Juventude e Educação”

Professores	Vagas
Ligia Maria Leão de Aquino	01
Maria Luiza Oswald	01
Rita Ribes Pereira	01
Walter O. Kohan	02
Total	05

Linha “Instituições, Práticas Educativas e História”

Professores	Vagas
1- Alexandra Lima da Silva	02
2- Aline de morais Limeira Pasche	01
3- Ana Chrystina Venancio Mignot	02
4- José Gonçalves Gondra	02
5- Lia Ciomar Macedo de Faria	01
6- Márcia Cabral da Silva	01
7- Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
8- Paula Leonardi	02
9- Sônia de Oliveira Camara Rangel	02
Total	15
Total Geral	48

ANEXO II

LISTA DE PROJETOS

COORDENAÇÃO: ALDO VICTORIO FILHO

“OS CORPOS E OS MUNDOS NAS CULTURAS JUVENIS: ARTE, COTIDIANO E VIDAS BONITAS NAS ESCOLAS”

II- A APORIA DA ATUALIZAÇÃO DA ESCOLA: QUANDO OS ESTUDANTES ENSINAM AOS MESTRES O QUE ESTES LHE ENSINARÃO.

A pesquisa “Os corpos e os mundos nas culturas juvenis: arte, cotidiano e vidas bonitas nas escolas II- *A aporia da atualização da escola: quando os estudantes ensinam aos mestres o que estes lhes ensinarão*” foi elaborada para ampliar o conhecimento sobre o ensino escolar, especialmente o da Arte, a partir das trajetórias pessoais e coletivas de estudantes e professores. Um dos interesses é conhecer as afetações geradas pela Cultura Visual, e nesta a Arte, experienciadas pelos dois grupos ao longo de suas vidas e em seus encontros, ou seja o que levou os docentes a saberem o que sabem e a serem o que são a partir das suas próprias lembranças, práticas e aspirações em diálogo com o que seus alunos sabem sobre o universo das imagens, sons, Artes e Cultura Visual. Depoimentos discursivos ou poéticos que formarão as cartografias a representar as trajetórias e encontros de alunos e seus mestres. Rede de aproximações e afastamentos, encontros e desencontros que pode revelar um campo de intercâmbios a ser explorado em benefício da formação docente atualizada, não só em Artes, e do aperfeiçoamento dos currículos aos desafios da contemporaneidade. Certamente, também uma fonte de conhecimentos sobre os gostos, preferências e identificações de estudantes e professores frente ao assédio da Cultura Visual deste início de milênio. O panorama que a pesquisa visa alcançar é a permanente troca de saberes entre mestres e estudantes, buscando conhecer em que e como os segundos poderiam ser fonte de atualização para os primeiros, dando a conhecer um pouco mais do cotidiano das escolas que constituem cada escola.

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA GARCIA

DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E A PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS NOS COTIDIANOS

O projeto é desenvolvido na área de currículo, cotidiano e formação de professores. Entende o cotidiano e as experiências vividas como centrais para o estudo dos processos e múltiplos contextos com os quais nos tornamos professores. São objetivos desse projeto investigar processos formativos e experiências em Formação docente que articulem escolas e universidade e apontem caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. A partir da articulação entre o projeto de extensão em andamento e os resultados da primeira da pesquisa, pretende-se levantar experiências com processos formativos que articulem os saberes da universidade e outros espaços sociais educativos de atuação docente, sobretudo as escolas, buscando propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e de produção mais coletiva e solidária dos saberes. Visa produzir conhecimentos que contribuam para a formação de professores para a justiça social, produzindo caminhos teóricos-metodológicos com os currículos para aprendizagens mais coletivas e solidárias diante das imprevisibilidades, heterogeneidades e complexidade dos cotidianos escolares. Dentre os métodos priorizados para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos estratégias de estudo e intervenção que incluem rodas de conversa que priorizam as redes de produção de saberes entre os professores. Entendemos que o estudo das narrativas produzidas nas conversas com alunos e professores contribui para a desinvisibilização das invenções das práticas e sentidos de docência. Para tanto, temos trabalhado em diálogo com as noções de singularidade (NEGRI, 2003), sentido e presença (GUMBRECHT, 2010) e as reflexões sobre o pensamento abissal e a ecologia dos saberes (SANTOS, 2010).

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA LIMA DA SILVA

FLORES DE ÉBANO: ESCRITAS DE SI, TRAJETÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Este projeto analisa os significados das escritas de si na experiência de escravizadas e escravizados no século XIX. Objetiva interpretar os significados da inserção de tais sujeitos no universo da cultura escrita, sinalizando para a importância de compreender os diferentes saberes e experiências dos cativos. A partir do mapeamento e do cruzamento de documentos diversos, tais como autobiografias, relatos de viagem, correspondências, jornais, dentre outras fontes, procura compreender a importância da instrução na experiência de escravizados, com especial atenção aos Estados Unidos e ao Brasil. Defende as escritas de si como resistência e como caminho na luta pela conquista e ampliação de direitos.

COORDENAÇÃO: ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES

TRADUZINDO A BNCC: O CASO DO ENSINO MÉDIO

Por meio da teoria do discurso e do enfoque desconstrucionista, tenho atuado na luta política tentando desconstruir hegemonias curriculares, desestabilizar estruturas fixadas, universalizadas e universalizantes, que visam a um suposto “projeto perfeito e redentor” de currículo e, por conseguinte, de educação, capaz de incluir a todos sem conflitos. Como parte deste trabalho teórico-estratégico, busco problematizar o discurso de que um universal igual para todos possa ser alcançado ou mesmo que seja desejável. Defendo que tal universal é sempre a representação de um particular que só pode se universalizar por meio de uma decisão (de um poder de decidir) que se faz em nome do outro, no lugar do outro, e busca controlar o processo de representação desse outro inserindo-o na mesmidade universalizante. Tendo em vista essa abordagem mais geral, decorrente de minha trajetória de pesquisa, neste projeto específico tenho por objetivo operar com a noção de tradução na investigação investigar de processos de “implementação” da reforma do ensino médio, com foco na noção de itinerário formativo. Tenciono investigar quais leituras serão (vêm sendo) feitas visando modificar a organização curricular; qual a relação que será (vem sendo) estabelecida com as comunidades disciplinares e com as identidades docentes construídas por meio das disciplinas, na medida em que o itinerário formativo é organizado por áreas de conhecimento; quais possibilidades serão (são) forjadas para que o diferir, associado aos contextos locais e às trajetórias docentes, não seja bloqueado; quais bloqueios do diferir permanecerão (permanecem) operando; como redes globais de produção curricular vêm operando na tentativa de bloquear processos de diferir. Simultaneamente, investigo as questões teóricas relativas à tradução nas políticas de currículo, ao antagonismo e à resistência. Busco problematizar tanto a noção de antagonismo quanto a noção de resistência por meio da desconstrução e da teoria do discurso. Nesse sentido, procuro argumentar que tanto o antagonismo que se constitui entre os projetos de formação para o mercado e formação para cidadania no nível médio de ensino, quanto a ideia de resistência por parte dos docentes e das escolas são insuficientes para interpretar a trama de diferentes discursos articulados na política curricular para esse nível de ensino. Este projeto se articula com projetos de mestrados, graduandos e doutorandos que, sintonizados com as mesmas perspectivas teóricas, focalizam outros níveis e modalidades de ensino, bem como outros aspectos do currículo e da política curricular.

COORDENAÇÃO: ALINE DE MORAIS LIMEIRA PASCHE

MAPEAMENTO DA MALHA PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO NAS FREGUESIAS URBANAS E RURAIS DA CAPITAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1870-1890).

Integrando investimentos da área de História da Educação, o objetivo deste projeto é investigar as características históricas do processo de expansão do sistema de ensino público e privado, comparativamente, na capital do Império Brasileiro entre suas décadas finais, de 1870 e 1890. O que se procura compreender melhor são as políticas do Ministério dos Negócios do Império, pasta responsável pela gestão dos assuntos educacionais em todo Império e na Corte, suas iniciativas de criação de escolas públicas, bem como o conjunto amplo e diversificado de estabelecimentos particulares mantidos por grupos religiosos, associações, agremiações, sociedades e demais instituições civis. Interessa inquirir aspectos como estrutura, localização, ampliação, distribuição de demandas das referidas iniciativas de escolarização primária e secundária, associando tais aspectos às questões geográficas, culturais e políticas da capital. Nesse sentido, a partir de um

conjunto diversificado de fontes, a pesquisa pretende refletir acerca das legislações, levantamentos e ações empreendidas pelo governo que, como hipótese do projeto, tinham como pretensão controlar, regulamentar e incentivar ou restringir a ocupação dos espaços da cidade por parte dessas escolas. Com isso, a proposta é que sejam produzidos quadros quantitativos e mapas que explicitem a movimentação de escolas públicas e privadas entre as regiões definidas como freguesias urbanas e rurais do Município Neutro. Na perspectiva comparativa entre esfera pública e privada, como hipótese também já erigida pelo projeto, há indicações acerca da maior expressividade, em termos numéricos, das iniciativas particulares, fossem elas formais (colégios primários e secundários) ou informais (aulas avulsas, preparatórios). Integrando um projeto de pesquisa mais amplo, com participação de outros pesquisadores, o desenvolvimento deste estudo pretende colaborar com os demais investimentos do campo da História da Educação cuja pretensão é compreender melhor o fenômeno educativo a partir de diferentes perspectivas e, da mesma forma, ampliar a pesquisa e divulgação dos acervos documentais existentes.

COORDENAÇÃO: ANA CHRYSTINA VENÂNCIO MIGNOT

DESTINOS ENTRELAÇADOS: UMA MILITANTE DO LAICATO CATÓLICO NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Interpretar a presença da educadora católica Laura Jacobina Lacombe na Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), de 1953 a 1980, tomando como fio condutor as viagens que realizou para participar dos eventos internacionais da entidade em diferentes países e que se constituíram em espaços para a produção, circulação e formulação de políticas de educação infantil, é o objetivo do presente estudo. Para tanto pressupõe examinar a trajetória da educadora para além dos debates travados com os educadores pioneiros, o que implica admitir como ponto de partida que sua inserção em diversas associações se deu de forma concomitante, numa intrincada rede de educadores brasileiros e estrangeiros, católicos e laicistas, defensores das escolas públicas ou das escolas particulares. Seguir seus passos por diferentes espaços significa mapear as associações pelas quais passou procurando interpretar como nelas se empenhou para hegemonizar uma perspectiva católica na educação. Trata-se, pois, de assumir a perspectiva da história conectada que exige cartografar instituições nacionais e internacionais católicas e laicas, circulação de sujeitos e idéias, bem como a recepção das mesmas que se consubstanciaram em políticas de defesa dos direitos das crianças, de formação de professores e ampliação das escolas de educação pré-escolar. Tal opção possibilita interrogar sua participação na cena educacional para além dos anos de 1920 e 1930, consagrada na historiografia da educação, alargando, assim, a compreensão sobre a militância católica que lançou mão estrategicamente da criação da OMEP/Brasil para ampliar sua participação no debate internacional travado em favor da educação infantil.

COORDENAÇÃO: ANNIE GOMES REDIG

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA A VIDA INDEPENDENTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A presente pesquisa se insere no contexto de estudos voltados para disseminação de políticas e práticas de inclusão. A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um movimento mundial e nas últimas décadas o cenário educacional brasileiro vem se transformando para atender a diversidade. Dentro das questões eminentes que envolvem a construção de uma escola inclusiva, destacamos a formação para o momento pós-escola para estudantes com deficiência intelectual. Muito se discute a inclusão escolar de pessoas com deficiência, mas pouco se debate quais ações devem ser pensadas e construídas para que esses sujeitos tenham sucesso ao sair da escola, como possibilitar itinerários formativos para a formação para uma vida independente. Acreditamos que a escola precisa elaborar práticas que permitam ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a vida independente e, nesse contexto, contemplar não somente o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas a autonomia e independência, inserção no mercado de trabalho, ensino superior, cursos profissionalizantes e demais áreas. Nessa direção a pesquisa tem como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de um Plano Individualizado de Transição para a vida independente de jovens e adultos com deficiência intelectual a partir dos 14 anos de idade, matriculados em turmas comuns (Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio), classes ou escolas especiais. Sendo assim, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado que contemple o

Plano Individualizado de Transição para a vida independente, de forma a permitir ao sujeito opções de aprendizado para além de conteúdos acadêmicos, possibilitando a sua inclusão escolar, social e laboral.

COORDENAÇÃO: CÁTIA CRIVELENTI DE FIGUEIREDO WALTER

O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) ASSOCIADO AO PECS-ADAPTADO: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

O uso de dispositivos gerador de fala (DFG) vem mostrando resultados promissores nas intervenções de linguagem com crianças que apresentam sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais dispositivos são utilizados com a função de produzir fala digitalizada ou sintetizada e devem ser utilizados por indivíduos com pouca ou nenhuma fala funcional. Com o aumento da alta tecnologia dos recursos de Comunicação Alternativa e considerando os resultados promissores no uso do programa PECS-Adaptado (WALTER, 2000) na promoção da comunicação funcional de pessoas com autismo, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos do uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com autismo em desenvolvimento de linguagem. Assim, pretende-se dar continuidade ao programa desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Professor e Pesquisador Dr. Oliver Wendt da University of Central Florida (EUA) no uso do SPEAKall na versão IPAD e IPHONE com a finalidade de promover a comunicação funcional às crianças com TEA. O projeto foi elaborado considerando as seguintes etapas de execução: a) conhecimento do Programa SPEAKall que envolve a utilização de software dedicado ao campo da CAA e linguagem; b) aplicar o programa de CAA utilizando os Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao PECS-Adaptado; c) avaliar os efeitos do programa em três crianças que estejam dentro do espectro do autismo, com idade variando entre 4 a 7 anos e que não tenham desenvolvido a fala funcional ou que apresentam alterações na fala; d) Analisar os efeitos do programa e seus resultados no comportamento comunicativo das três crianças, por meio de uma pesquisa experimental de linha de base e intervenção; e) Para realização das etapas descritas serão utilizados protocolos de avaliação do grau de autismo, análise das características da linguagem, comunicação funcional, funcionamento cognitivo, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para comunicar algo desejado, lista de vocabulários e avaliação de comportamentos interativos. Também serão utilizados os dispositivos geradores de fala, como IPADs, Iphones que desenvolvem os sistemas gráficos para serem utilizados com os DGF. Espera-se que com os resultados obtidos novos projetos poderão ser aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades. Essa parceria é fruto de um projeto de Pesquisador Visitante (CAPES) realizado pela coordenadora do projeto e busca parceria internacional com a University of Central Florida (EUA) no uso de novas técnicas em CAA.

COORDENAÇÃO: ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO

CURRÍCULO, SUBJETIVIDADE E DIFERENÇA

Este projeto é construído como desdobramento de pesquisas que venho realizando nos últimos 15 anos, dedicadas ao estudo das políticas curriculares em matriz pós-estrutural e pós-colonial. Minha preocupação mais específica é com a temática da diferença, de modo que tenho priorizado a desconstrução das estratégias discursivas utilizadas pelos textos curriculares para a fixação da alteridade que embasam práticas de hierarquização cultural. O foco do que venho desenvolvendo tem recaído sobre a compreensão dos processos de fixação da alteridade, o que acaba dando visibilidade aos discursos de controle e aos contextos em que eles se inscrevem. Este projeto nasce do desconforto gerado por tal observação, com o intuito de destacar a ambivalência dos discursos hegemônicos/coloniais e o excesso que escapa à totalização da norma. De forma resumida, a proposta tem como objetivo entender como se constitui a subjetividade, a alteridade de si, de sujeitos estereotipados em relação a um Eu padrão no espaço da escola. Do ponto de vista teórico, a ideia de que o discurso hegemônico/colonial é sempre habitado por um excesso que o fratura será construída em diálogo com a teoria do discurso de E. Laclau, mas principalmente com os discursos pós-colonial de H. Bhabha, feminista e queer [especialmente J. Butler]. A principal estratégia metodológica utilizada será a narrativa [auto]biográfica, buscando entender as reterritorializações subversivas do reconhecimento em experiências na escola, sem supor a possibilidade de isolá-la. O ceticismo pós-estrutural em relação à possibilidade mesma da representação, assim como à autodeterminação do sujeito, tornou problemático o uso de narrativas

[auto]biográficas na pesquisa. A matriz de intelegibilidade desse tipo de pesquisa foi posta em questão, de modo que este projeto busca redefinir seus conceitos—sujeito, experiência, fala, verdade — para além da metafísica da presença.

COORDENAÇÃO: FERNANDO POCAHY

GÊNERO E SEXUALIDADE EM INTERSECCIONALIDADES NOS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO E/M SAÚDE: CARTO-GENEALOGIAS DA DIFERENÇA

A pesquisa em tela problematiza o jogo agonístico da produção da identidade e da diferença em torno de gênero, raça, sexualidade e geração, desde um contexto de fratura democrática e intensa disputa em torno do corpo como materialidade/arena de governamentalidade. Busca-se com isso compreender como se estabelecem tanto intersecções de marcadores de diferença quanto aqueles modos-práticas decorrentes dessas a engendrar vulnerabilidades - social, programática e individual - e precarização da vida, bem como modos de resistência (produção de saúde). O projeto assume pressupostos pós-críticos em educação associado ao campo de estudos (trans)feministas queer e interseccionais para instalar suas problematizações em um modo de pesquisar-intervir na/com a diferença. As ferramentas conceituais reunidas para seguir neste caminho investigativo são inspiradas no trabalho genealógico de Michel Foucault (1995) em seus lances para uma ontologia do presente, implicitamente movimentado nos termos de uma cartografia dos espaços-tempos e fluxos/práticas discursivos e não discursivos - como possibilidade de traçar as linhas que constituem o regime de materialidade de um enunciado, redefinindo as suas possibilidades de (re)inscrição e legitimidade nos jogos de poder – saber (FOUCAULT, [1977] 2001; [1982, 1984] 2001; 1995). O desenho da pesquisa prevê a formulação de entradas de problematização em esquema multimétodos e plurifases tomando o dentro-fora da escola como lócus privilegiado para as análises-in(ter)venções. Ao assumir as (micro)políticas educativas como práticas de subjetivação o estudo define como seu escopo as formas de governo de si produzidas em determinados espaços-tempos formativos (públicos e/ou associativos) na cidade do Rio de Janeiro.

COORDENAÇÃO: FLÁVIA FAISSAL DE SOUZA

O ESTATUTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Atualmente, em nosso país, a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, fortemente marcada pelos acordos internacionais, se realiza por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço complementar e/ou suplementar ao ensino regular, oferecido no contra-turno, conforme proposto nas políticas públicas educacionais. Sendo o eixo central de construção dessa política a noção de acessibilidade com foco de investimento prioritário em instrumentos tecnológicos. Assumindo os pressupostos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, em especial as noções de escolarização, ensino e aprendizagem, conforme postuladas por L.S.Vigotski, nas quais estes processos se constroem na relação entre professor-aluno- conhecimento nas práticas cotidianas escolares, questionamos o foco central de investimento em instrumentos tecnológicos em detrimento da formação e condições de trabalho do professor. Isto posto, o objetivo dessa pesquisa é, a partir da abordagem dos Ciclos de Política de S. Ball e R. Bowe, analisar o estatuto das Tecnologias Assistivas como suporte ao processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial nas diretrizes internacionais e nacionais das políticas de educação inclusiva e nas suas traduções na rede pública de ensino do município de Duque de Caxias/RJ. Para tal, além da análise dos documentos que tratam do contexto de influência e dos textos políticos internacionais, nacionais e locais, será realizada uma pesquisa de campo, durante um ano letivo em três escolas da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias/ RJ. Após um estudo exploratório, realizaremos observações sistemáticas em três escolas e entrevistas semiestruturadas com os professores do ensino comum e do especializado. Por fim, os dados sistematizados serão analisados de forma qualitativa a luz do referencial teórico assumido.

COORDENAÇÃO: GUSTAVO COELHO

OS "SEM SENTIMENTOS": SUJEITOS EM MARGINALIZAÇÃO E A LINGUAGEM

Identificando como um dos efeitos da marginalização na subjetividade, o roubo da palavra íntima, a asfixia da fala singular que fuja do estreito repertório de discursos que já os precedem e já os condenam, há cerca de dois anos desenvolvemos oficinas em contextos variados com pessoas que, ou tenham passado pelo sistema penal, pelo socioeducativo, ou estejam efetivamente neles. Por percebermos que, de algum modo, se instaura uma grave dificuldade em se falar de sentimentos, ou seja, em se falar daquilo que nos compõe mas que não tem bem um contorno nítido, que é uma espécie de alteridade em nós, portanto marca da ética na relação com o outro, fizemos dessa percepção o motivo para uma série de atividades com inspiração psicanalítica com jovens internos no sistema socioeducativo e com jovens e adultos em semiliberdade ou já livres mas que carregam a marca da passagem pelo sistema penal. Este projeto, então, parte de uma expressão, comum de ser anunciada como uma característica “positiva” do criminalizado – o “sem sentimento”. Com uma orientação psicanalítica e retirando consequências do conceito de necropolítica em Mbembe (2014), pretendemos promover o encontro desses sujeitos com suas palavras singulares para o deslocamento de uma posição alienada aos discursos vigentes, no sentido de investigar como as subjetividades marcadas pela identificação como “matável” se divorciam falsamente de seus sentimentos, se fixando numa suposta frieza monstruosa que, em vida, facilita o convívio com sua morte enquanto que iminente. Trata-se, portanto, de um projeto de pesquisa tanto intervencionista quanto teórico.

COORDENAÇÃO: JANE PAIVA (2 PROJETOS)

PROJETO 1: MÍDIAS NA PESQUISA CONSTELAÇÕES ANALÍTICAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS HISTÓRICOS: REVELAÇÕES DE SENTIDOS E EFEITOS NA DIGNIDADE HUMANA [2020-2023]

A proposta atual visa à continuidade do projeto anteriormente desenvolvido, com objetivos aqui expandidos, para que se possa evidenciar e produzir dispositivos de socialização e divulgação da ciência, nesta nova fase da pesquisa. Dá seguimento à perspectiva de compreensão de sentidos, emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto às interdições sofridas para o exercício do direito à educação em qualquer fase de suas vidas. Essas emoções e sentimentos tomam em conta contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais e mudanças que foram sendo produzidas complexamente na ordem das famílias, do trabalho e renda, da cidadania e nas questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social). Esses elementos constelacionais, como até então vistos, impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Para argumentar sobre os efeitos possíveis das diversas interdições do direito à educação e à escolarização vividas por grande parte da população brasileira — sujeitos de classes populares — puseram-se em teste as categorias analíticas de *dor* e de *sofrimento ético-político* (SAWAIA, 2009). Na continuidade ao que foi realizado até então, o atual projeto prevê a ampliação do *corpus*, trazendo novos sujeitos, suas vozes e expressões à cena da pesquisa, tanto com o método de entrevista até agora utilizado (KAUFMANN, 2013) como pela introdução de um grupo focal, para o qual serão convidados a participar sujeitos cujas entrevistas denotaram elementos capazes de serem aprofundados e complexificados em outra situação de pesquisa. Para que esta pesquisa possa atender objetivos previstos e ainda não realizados *in totum*, propõe-se o tratamento de materiais audiovisuais obtidos durante a primeira etapa e os novos que advirão, com tecnologias digitais com a finalidade de apresentar, problematizar e dar vida às histórias desses sujeitos — histórias essas resultantes da desigualdade social. Por meio dessas histórias narradas poder-se-á compreender melhor, aprofundando, o que foi até aqui obtido, para conformar, na realidade atual, conceitos e princípios abstratos relacionados à interdição do direito à educação, a saber: dignidade humana; reconhecimento social; dor; sofrimento ético-político — além de outros que possam emergir dessa nova fase do estudo.

PROJETO 2: CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [2020-2023]

O projeto Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro realiza-se a partir do Grupo de Pesquisa *Aprendizados ao longo da vida*: sujeitos, políticas e processos educativos, e tem por finalidade o desenvolvimento de ações visando à consolidação da área da educação de jovens e adultos, por meio da produção, conservação e disponibilização da memória passada e presente e recriação da história da educação popular e da educação de jovens e adultos. Suas ações se referem ao levantamento e à identificação, tratamento técnico (digitalização) e referenciado (segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística), e organização de material didático e de demais documentos produzidos pelas ou sobre experiências brasileiras de educação popular e de jovens e adultos. O acervo resgatado terá duas

destinações: uma física, sob a responsabilidade da Universidade que o abriga; outra virtual, disponibilizando *online*, em página *web*, o banco de dados e novos materiais coletados. Ao mesmo tempo, o acervo *online* e físico existente, da memória passada subsidiará ações de pesquisa e de ensino, presentes e futuras no campo, produzindo investigações sobre materiais, documentos e registros da área, reconstituindo a história de experiências e da ação de seus protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo. O acervo se oferece à consulta e subsídio a pesquisadores, professores e alunos de EJA, bem como de cursos de formação de professores na área. A memória resgatada e organizada em acervo documental integra-se a outros movimentos na mesma direção realizados por universidades de diferentes regiões do país e subsidiará pesquisas de diversas naturezas realizadas por universidades e outros centros de pesquisa no campo da história da educação popular e de jovens e adultos, especialmente. O trabalho de escavação de pesquisadores nessas memórias tem resultado em algumas dissertações e teses já concluídas e em curso, objetivando reconstruir polifônica e polissemicamente histórias da educação popular e da educação de jovens e adultos.

COORDENAÇÃO: JOSÉ GONÇALVES GONDRA

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) FASE IV

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios.

COORDENAÇÃO: LEILA REGINA D'OLIVEIRA PAULA NUNES

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A atual proposta dá continuidade ao projeto de pesquisa iniciado em 2013 e em vias de finalização (NUNES, SCHIRMER, 2013), financiado pelo CNPq (Proc. 501388/2013-3) e pela FAPERJ (Proc. 102.319/2013). A proposta atual visa avaliar: a) os efeitos dos procedimentos de autoscopia na formação dos professores participantes do estudo anterior e b) os efeitos da proposta denominada de Salas Abertas, ou seja, a oferta de palestras e oficinas por esses professores a seus colegas professores de SRM nas regiões de suas CREs. Após a implementação da formação continuada sob forma de palestras, workshops, discussão de textos, apresentação de vídeos e demonstração de recursos de Comunicação Alternativa de alta e baixa tecnologia durante os anos de 2013 e 2014, a partir de 2015, será introduzido o procedimento de autoscopia. Os professores participantes farão videogravações de sua própria atuação junto aos alunos nas SRM e/ou nas salas regulares e enviarão tais vídeos de trinta minutos de duração aproximadamente para as pesquisadoras analisarem-nos previamente e selecionarem as cenas contendo situações críticas. Após a seleção de tais cenas, os participantes e os agentes de intervenção se encontrarão para realizar sessões de autoscopia. Autoscopia diz respeito a uma ação na qual o eu se analisa em torno de uma finalidade, a partir de um objetivo específico. Ela envolve um procedimento de coleta de dados que registra por meio da videogravação a ação do sujeito e, em sequência, coloca-o como

avaliador de seu próprio desempenho. Assim, durante tais sessões, a apresentação dos vídeos para todos os participantes será igualmente filmada. Nesses encontros, que ocorrerão na Oficina Vivencial do IHA, o autor de cada vídeo é solicitado a avaliar seu próprio desempenho assim como o de seu aluno. Os demais professores e agentes de intervenção serão igualmente estimulados a comentar sobre o vídeo assistido e dar sugestões. Concomitantemente, estes professores, funcionando como multiplicadores de conhecimento, oferecerão curso de formação, em forma de palestras e/ou realização de oficinas para os colegas professores de SRM nas regiões de suas CRE. Esta fase é denominada de Salas Abertas. As sessões das Salas Abertas serão filmadas e transcritas para posterior análise do impacto que a formação causará nos profissionais presentes.

COORDENAÇÃO: LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA

A EDUCAÇÃO DE MULHERES AO LONGO DOS SÉCULOS XIX E XX

O projeto de investigação interinstitucional de título “A Educação de Mulheres no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX” compreende um estudo histórico que se propõe oferecer possibilidades teóricas a serem trilhadas na investigação da realidade brasileira, passando pela construção da trajetória de mulheres, pelo entendimento de sua composição e, dentro dela, suas instâncias formativas, com vistas a mostrar como a relação entre mulheres e educação foi sendo construída numa longa duração. Estão envolvidas 7 instituições em 7 estados brasileiros (SE, RN, CE, PA, MT, RJ, PR) distribuídos pelas cinco regiões do país e conta com a colaboração e consultoria de uma professora de universidade estrangeira (Universidade de Coimbra). Com a pesquisa busca-se, dentre outros aspectos, compor um panorama da educação feminina, localizando-a entre as modalidades de educação existentes e diferenciando-a quanto ao público-alvo, métodos utilizados, manuais, currículos, perspectivas de seus destinatários e o status que essas modalidades adquiriam em uma sociedade com tradições marcadamente patriarcal. A investigação proposta constitui um desdobramento do projeto de pesquisa conjunto “A Educação de Mulheres no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX)”, de colaborações e intercâmbios estabelecidos pelas pesquisadoras sobre a temática. A equipe do projeto possui formação sólida e pertinente à temática de investigação envolvendo pesquisadoras de reconhecida liderança, com publicações consistentes e contributivas para o campo da história da educação do Brasil. A proposta também objetiva que o projeto produza novos conhecimentos sobre a educação de mulheres e que contribua com a formação de recursos humanos na produção e divulgação de conhecimentos científicos, na produção de insumos para os debates e na elaboração de políticas públicas que visam a consolidação de relações de gênero mais igualitárias no país.

COORDENAÇÃO: LIGIA MARIA M. L. LEÃO DE AQUINO

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA EM DIÁLOGO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO [2018-2021]

O projeto visa compreender como as políticas e práticas para a educação da pequena infância têm se produzido e afetado as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UFEI) no que se refere às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 1 de março de 2011, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. A metodologia adotada se utiliza de análise de documentos, entrevistas e observação de campo de modo a apreender a complexidade da realidade de duas UFEI, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para a ampliação das investigações sobre as UFEI, federais e estaduais, evidenciando seu papel de referência para as práticas de educação infantil, como nossas pesquisas e outros estudos tem apontado. Esperamos ainda intensificar os estudos sobre as políticas educacionais para a primeira etapa da educação básica e suas implicações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições e seus profissionais, fortalecendo os projetos comprometidos com a democratização da educação, seja na garantia de acesso, mas também nos mecanismos

de participação e decisão, inclusive das crianças. A relevância para a área de atuação está na possibilidade de elaborar conhecimento sobre as UUEI, campo pouco investigado apesar dos seus mais de 40 anos de existência, e por permitir ampliar o acervo de documentos já catalogados em nossas pesquisas anteriores, deverá alimentar outras pesquisas, desenvolvidas inclusive por pesquisadores de outros centros e regiões. A relevância também se destaca por buscar analisar as políticas e práticas de educação infantil, quando esta, como primeira etapa da educação básica, vem sofrendo uma série de ameaças na sua consolidação como parte das políticas educacionais. Infelizmente, reformas e medidas adotadas pelo atual governo federal, que sem impôs através da destituição da presidente eleita, têm reduzido os financiamentos à educação e descaracterizado a educação infantil (assim como toda a Educação Básica) como um direito das crianças. Esperamos desse modo, contribuir na formulação de estratégias de resistência e investimento por uma educação democrática e popular.

COORDENAÇÃO: MAILSA CARLA PINTO PASSOS

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS: REPRESENTATIVIDADE, ARTE E POLÍTICA PARA A DESCOLONIZAÇÃO

O projeto de pesquisa “Narrativas de mulheres negras: representatividade, arte e política para a descolonização” tem como objetivo principal compreender as narrativas potencialmente descolonizadoras que circulam nos cotidianos dos ambientes educativos, especificamente aquelas produzidas por mulheres negras. É uma pesquisa que se desenvolve no campo do Cotidiano e que prevê a produção do conhecimento proposto a partir de um conjunto de oficinas realizadas em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, de Salvador e de Vitória do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender o impacto descolonizador dessas narrativas. Optei assim por não “falar sobre” estas as mulheres, mas “entrar em diálogo” com elas, através de suas enunciações, ressignificando a lógica imposta pela ordem colonial. A proposta se insere na trajetória de pesquisa da proponente que tem se debruçado sobre as questões relativas aos processos identitários e repertórios culturais das populações afrodiáspóricas numa perspectiva dialógica, na busca de uma ecologia de saberes e na construção de uma educação antirracista. O projeto tem como base teórica os estudos da linguagem de Mikhail Bakhtin, a discussão sobre justiça cognitiva de Boaventura de Sousa Santos; além de autoras e autores que se dedicaram a estudar a ordem colonial e o silenciamento/invisibilização/apagamento dos saberes das populações negras e/ou originárias, tais como Frantz Fanon, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Walter Dignolo, Catherine Walsh.

COORDENAÇÃO: MÁRCIA CABRAL DA SILVA

LIVROS EM COLEÇÕES: O CASO DA BIBLIOTHECA INFANTIL DA LIVRARIA QUARESMA (1894-1960) - FASE II

Neste projeto, busca-se dar continuidade à pesquisa anterior - Livros em coleções: o caso da Bibliotheca Infantil da Livraria Quaresma (1894-1960) Fase I- por meio da qual se examinou a invenção da Bibliotheca Infantil pela Livraria Quaresma Editora ou Livraria do Povo (Rua São José, 65/67). Tratou-se de um investimento no último quartel do século XIX de livros baratos para o povo, assim como de livros para crianças, brinquedos, poemas, peças de teatro, contos adaptados para a realidade brasileira, de conteúdo moral, histórias proveitosas e piedosas de vários países, traduzidas umas e outras colhidas da tradição oral. Se, em um primeiro momento, identificaram-se o livreiro editor Pedro da Silva Quaresma e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel como mentores comerciais e intelectuais do empreendimento, nesta segunda fase da pesquisa, almeja-se investigar as redes de sociabilidade dos intelectuais que participaram do projeto editorial e, de algum modo, contribuíram para a consolidação do projeto inicial. De um lado, chama a atenção o protagonismo do ilustrador e caricaturista Julião Machado, com inserção nos periódicos em circulação à época, e tendo as ilustrações do início da coleção reproduzidas até os anos de 1960 nos livros da Bibliotheca Infantil Quaresma. Importa verificar, em acréscimo, o protagonismo de outros intelectuais que teriam participado do projeto por meio da autoria de textos, do exercício da crítica, como Julia Lopes de Almeida. De outro lado, nota-se que a coleção é formada de livros pertencentes a vários gêneros do discurso: contos, poemas, dramas, atividades de entretenimento como jogos, charadas. De tal modo, busca-se, nesta etapa, mapear e examinar esses gêneros do discurso, com a finalidade de se compreender as séries que constituíram a coleção, assim como o modo de se assegurar a fidelidade dos leitores até os anos de 1960 por meio de um formato material

regular e as estratégias de conformação de um público leitor. Com vistas ao exame, o estudo apoia-se em pressupostos teórico-metodológicos extraídos da História da Leitura, da História da Edição, da História Intelectual, assim como da epistemologia bakhtiniana sobre os gêneros do discurso. De modo geral, interessamos agregar pesquisadores que investiguem a história do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

COORDENAÇÃO: MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE DE ENSINAR: ASPECTOS HISTÓRICOS DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, ampliar a investigação acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, com a finalidade de evidenciar aspectos que possam contribuir com a discussão atual sobre a legalidade e a legitimidade dos espaços de educação, sob uma perspectiva histórica. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, os locais e como ocorria o seu funcionamento, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Espera-se, ainda, analisar a convivência entre as modalidades de ensino naquele tempo e contexto, verificando as circunstâncias que marcaram a progressiva transição “da casa para a escola” como espaço reconhecido de educação. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam a existência e a permanência da educação doméstica como uma modalidade de ensino, já adiantado o processo de escolarização da educação. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legalidade e legitimidade de ensinar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva e os limites da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

COORDENAÇÃO: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA SOARES

PROFESSORAS EM DEVIR: FABULAÇÕES IMAGÉTICAS DE SI, PROBLEMATIZAÇÕES DO FEMININO E IMPLICAÇÕES PARA A DOCÊNCIA

Este projeto, em continuidade às pesquisas que temos desenvolvido na interface entre narrativas audiovisuais, formação docente e diferença, busca pensar processos de formação de professoras, tomados como processos de subjetivação, e intervir em contextos de invenção de si associados a regimes de imagem com o propósito de problematizar concepções de feminino, bem como saberes-fazer-poderes a elas relacionados. O que nos move são questões que emergiram com pesquisas anteriores, apontando que percepções de si agenciadas por uma concepção normalizadora de feminino que naturaliza o sistema corpo-gênero-sexualidade prevalecem entre estudantes e professoras, sugerindo que a escolha da profissão tem a ver com “ser mulher” e implicando uma imagem de docência informada por estereótipos de gênero, que quase sempre exige um apagamento da independência, da força e da sensualidade. Ao mesmo tempo, imagens de si produzidas por essas mulheres e compartilhadas em redes sociais indicam diferentes modos como se dão a ver e que constituem outros discursos

que também tecem a formação. Considerando as audiovisualidades contemporâneas como dispositivo de pesquisa-intervenção na formação de professoras e na pesquisa em Educação, realizaremos, como procedimento metodológico, ensaios fotográficos e videográficos com estudantes de pedagogia e de licenciaturas e com professoras, nos quais elas serão estimuladas a fabularem imagetivamente sobre si, a se narrarem do modo como desejam se ver ou serem vistas. Esse material fotografado e filmado, além de constituir o corpus da pesquisa, integrará um vídeo-documentário a ser exibido em outros espaços-tempos de formação. Almejamos que a função fabuladora desencadeada com esses ensaios produza novas/outras imagens potentes para pensarmos a docência.

COORDENAÇÃO: MARIA LUIZA MAGALHÃES BASTOS OSWALD

SUBVERTENDO A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER: CRIANÇAS, JOVENS E PROFESSORES EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS [2017-2020]

O projeto que proponho dá continuidade ao anterior, “Educação e contemporaneidade: crianças, jovens e redes de conhecimento”, cujos resultados apontaram para a potência da sociedade em rede, quando as redes são reprogramadas pelos desejos, sonhos, esperanças e resistências dos atores sociais que as instituem como redes de conhecimento e significação. Descobrimos nesses estudos jovens que, procurando fugir da manipulação e do controle do novo estágio do capitalismo, se envolvem em práticas coletivas alternativas a essa ordem. Interessa-me, e ao grupo de pesquisa que coordeno, continuar investindo em estudar essas práticas, ampliando o foco para crianças e professores. Diante do atual contexto político do Brasil, em que a educação assume a função de fortalecer o capitalismo, auxiliando o Estado a manter em situação de desigualdade os que mantêm o poder do conhecimento e os que não mantêm esse poder, minha proposta parece relevante. Trata-se de conhecer como crianças, jovens e professores da escola pública subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam: (i) na escola, (ii) no espaço domiciliar; (iii) nos espaços urbanos (iv) nas redes sociais. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e online, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise dos dados será orientada pelos estudos sobre conhecimento e poder na sociedade em rede (Manuel Castells); pelo aprofundamento do papel da astúcia dos praticantes sociais na subversão ordem social capitalista (Michel de Certeau); e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (Édmea Santos, José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marília Sposito; Micael Herschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

COORDENAÇÃO: NILDA ALVES

PROCESSOS CURRICULARES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: os modos como questões sociais se transformam em questões curriculares nas escolas

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais fatos sociais graves – no caso a forte migração de seres humanos, por múltiplas razões, com destaque para guerras e mudanças ambientais – se transformam em experiências curriculares. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineconversas em torno de filmes que mostrem ondas migratórias no mundo, em escolas nos municípios de S. Gonçalo, Nova Friburgo, Rio de Janeiro e Paracambi dos quais participem docentes e discentes, do ensino médio e superior, em ‘conversas’ – presenciais e on line - sobre imagens e sons dos mesmos e possibilidades e necessidades curriculares sobre o tema. No segundo movimento, serão realizadas oficinas, com docentes em serviço e em formação para criação de vídeos sobre essa questão, bem como a criação de livros de literatura infanto-juvenil acerca do mesmo tema. Esses dois movimentos serão realizados como cursos de extensão e contam com o apoio da Sub-reitoria de extensão. Trabalhamos em torno das ideias de: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos ‘dentrofora’ das escolas; tessitura de ‘conhecimentossignificações’ em currículos; imagens e sons como personagens conceituais. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser: Certeau e Deleuze, bem como autores brasileiros que com eles trabalham.

COORDENAÇÃO: PAULA LEONARDI

EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de “monumentos” e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões

COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, ALFABETIZAÇÃO E INFÂNCIA: ENTRE PARADOXOS E ANTÍTESES, RENEGOCIANDO O(S) PACTO(S)

Esta pesquisa trata-se de desdobramento/continuidade da pesquisa “POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO” (CNPQ, FAPERJ) que tinha como foco a análise do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (MEC, 2012) observando-a não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular, a partir da percepção das imbricações entre formação de professores e políticas curriculares. Em meio a trajetória da pesquisa, agudizam-se os processos de produção das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) e os efeitos dessa política nacional na produção de outras políticas. Aqui destaco o nacional intencionalmente por ser esse um dos maiores impactos da mesma: uma vez que se coloca como matriz única de formulação de propostas curriculares. Tomando o ciclo de alfabetização institucionalizado a partir das resoluções referentes a ampliação do ensino fundamental para 9 anos como mote de problematização – o que se consolida com a proposição do PNAIC - torna-se importante observar como diferentes políticas tematizam a questão, por vezes colidindo nas perspectivas que defendem ou construindo paradoxos nas proposições que fazem. Entre antíteses e paradoxos, atentando para as questões que envolvem a formação de alfabetizadores e as políticas curriculares recentes, põem-se em análise as reconfigurações do PNAIC que, a partir de 2017, inclui também no seu escopo de ação a educação infantil, discutindo como esse Pacto é renegociado também a partir da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), cotejando-os em como inferem sobre a ideia do ciclo de alfabetização, observando sentidos que se depreendem da articulação de diferentes políticas educacionais que focalizam a alfabetização, em diferentes dimensões, mas que se implicam e interpenetram. Além disso, cabe discutir o PNAIC incluído na Política Nacional de Alfabetização (2019). Assim, argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como alfabetização, educação infantil, ciclo, avaliação, conhecimento na análise do próprio entendimento de ciclo de alfabetização observado nos documentos das diferentes políticas postas em análise se articulam na produção de um discurso pedagógico que significa o investimento numa dada perspectiva de prática pedagógica alfabetizadora, articulação que cria demandas para a produção curricular cotidiana tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal proposta se faz assentada com base nas teorizações de Laclau (2011) Bhabha (2003), acerca da produtividade e movimento de articulação discursiva na significação política, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível.

COORDENAÇÃO: RITA RIBES PEREIRA

FISIOGNOMIAS DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS, ALTERIDADES E DESLOCAMENTOS

O objetivo deste projeto é indagar de que modos a infância se mostra aos pesquisadores em seu cotidiano. Que formas de percepção as experiências infantis contemporâneas demandam aos pesquisadores? Que infâncias se tornam perceptíveis em face das teorias e metodologias adotadas? Que outras infâncias permanecem invisibilizadas à espera de procedimentos mais sensíveis? Que éticas se desenham nesses processos de produção de conhecimento? Que caminhos são possíveis na construção de metodologias de pesquisa com crianças? Fruto da revisão de uma trajetória de 15 anos de pesquisa com crianças realizada pelo Grupo de Pesquisa “Infância e Cultura Contemporânea”, o projeto procura sistematizar alguns avanços teóricos e metodológicos e, sobretudo, enfrentar alguns desafios que essa revisão torna emergentes. Desde sua criação temos construído nossos objetos de estudo no diálogo com as crianças a partir das suas experiências contemporâneas, o que vem permitindo não apenas uma teorização sobre a infância, mas um olhar para o contemporâneo a partir da perspectiva das crianças. Metodologicamente nossa postura tem sido propositiva, no sentido de que é o pesquisador que instaura a pesquisa com as crianças visando compartilhar suas questões. Neste projeto queremos ensaiar uma nova postura: não a de fundar uma pesquisa a partir da delimitação de um tema e de um campo específico, mas a partir de um deslocamento dos próprios pesquisadores em sua postura investigativa. Queremos, nos diversificados espaços por onde circulamos, aprender a estar atentos e perceber que infâncias se mostram a nós, onde estão as crianças, o que fazem, o que falam, o que dizem. Queremos buscar que rostos a infância contemporânea nos dirige, que fisionomias se mostram. Junto disto, que metodologias, que teorizações, que ética exigem de nós. A sustentação teórico-metodológica do projeto privilegia a filosofia de Walter Benjamin e seu olhar para a infância, Willy Bole, Jeanne-Marie Gagnebin, Susan Book-Morss, Solange Jobim, entre outros.

COORDENAÇÃO: ROSANA GLAT

VIVÊNCIAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar da inclusão escolar ser uma política pública consolidada em nosso país nas redes públicas e privadas, alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais ainda encontram diversas barreiras para sua efetiva participação, desenvolvimento acadêmico e aprendizagem no âmbito do ensino comum. Estudos anteriores analisaram o processo inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, focando as políticas institucionais, práticas pedagógicas e a cultura escolar em diferentes redes e escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia básica dessas pesquisas foi o estudo de caso tipo etnográfico com base em observações de campo, entrevistas com educadores e análise de documentos. Entendendo que políticas e práticas de inclusão são operacionalizadas e direcionadas a pessoas reais em suas inter-relações nos diferentes espaços sociais, e que os sujeitos que as vivenciam são as mais importantes fontes de dados, a presente pesquisa se volta para analisar os impactos da experiência de inclusão escolar no processo de aprendizagem, socialização e autopercepção de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, a partir de seus relatos pessoais. Espera-se que os dados obtidos revertam em indicadores para desenvolvimento e avaliação de políticas e propostas educacionais melhor direcionadas à demanda específica e expectativas deste alunado.

COORDENAÇÃO: ROSANNE EVANGELISTA DIAS

DEMANDAS SOBRE DESEMPENHO DOCENTE PRODUZINDO POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA A IBEROAMÉRICA

Esta investigação se insere no contexto em que a Iberoamérica mobiliza diversos recursos desde a primeira década do século XXI na construção de consensos com os países da região na intenção de produzir e influenciar políticas de currículo que superem o quadro de desigualdade na educação básica. Entre os anos de 2008 e 2016, a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI publicou uma

série de textos políticos que fez circular diversas ideias que buscavam equalizar os problemas verificados forjando o Programa Metas Educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los Bicentenarios. No ano de 2015, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas reunida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a região alterou sua agenda para atingir as Metas previstas em 2021 para o ano de 2030, no âmbito da Agenda da Educação 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesses consensos, a docência assume relevância na produção do período na defesa de novos currículos para a formação e o trabalho docente como fator que contribui para o bom desempenho da educação. Desse modo, demandas são produzidas e articuladas discursivamente significando modos de controlar o currículo da formação e da atuação docente destacando o desempenho como estratégia que pretende garantir a qualidade da educação. Pretendemos analisar as demandas sobre o desempenho nas políticas de currículo para a docência na Iberoamérica apoiada na abordagem teórico-metodológica da teoria do discurso (TD) de Laclau e Mouffe, destacando os processos de articulação discursiva e os sentidos para o significativo desempenho nos textos políticos que pretendem por em marcha as políticas para a formação e o trabalho docente. Entre os textos selecionados para este trabalho apontamos as seguintes publicações: Proyecto Estratégico Regional sobre Docentes: Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación (CEPPE) da OREALC/UNESCO e Miradas sobre La Educación en Iberoamérica: Desarrollo profesional docente y mejora de la educación. Tencionamos interpretar as produções de políticas na região focalizando destacadamente a experiência dos seguintes países como o Brasil, o Chile, a Colômbia e o México que vem apontando como emblemáticos para a compreensão das relações entre o currículo e o desempenho no desenvolvimento curricular para a docência, no período de 2000 a 2020.

COORDENAÇÃO: ROSEMARY DOS SANTOS DE OLIVEIRA

DOCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS E PROCESSOS DA CIBERCULTURA COMO PROPOSIÇÃO/CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIAS FORMATIVAS [2019-2022]

O projeto pretende investigar como a mobilidade, a ubiquidade e a convergência de mídias em suas múltiplas linguagens presentes nos cotidianos podem inspirar práticas docentes em redes educativas no contexto formal/informal da universidade e da escola básica contribuindo para a formação de professores na atual fase da cibercultura. A cibercultura é a cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais em rede nas esferas do ciberespaço e das cidades (SANTOS, 2014). Em sua fase atual vem se caracterizando pela convergência dos dispositivos e redes móveis e pela emergência dos artefatos culturais no ciberespaço e nas cidades. Nesse contexto, interessa-nos compreender como a criação de ambiências formativas podem contribuir para a formação de professores em situações de aprendizagem formais e não formais. Optamos pela bricolagem da Ciber-pesquisa formação Multirreferencial e as Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. A pesquisa prevê como resultados: a) privilegiar a docência e as novas redes educativas; b) pensar a formação de professores na cibercultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos, das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica; c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação; d) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade e das redes sociais criando redes de docência e aprendizagem.

COORDENAÇÃO: SÔNIA DE OLIVEIRA CAMARA RANGEL

INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940.

O projeto pretende investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em defesa de sua assistência e educação. A partir da constituição das redes objetivamos mapear as iniciativas públicas e privadas que se constituíram na cidade do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa-nos tecer uma malha assistencial à infância por meio das ações promovidas pelos intelectuais e as instituições dos campos médico e jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social direcionados a modernização do

país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos reconstituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, nosso esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas pelos intelectuais e as instituições a partir das quais as crianças foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram os dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas, bem como as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1940. Quanto à periodização proposta (1890-1940), esta se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delineado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em grande parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotavam à causa da infância pobre. A segunda, que entre as décadas de 1920 a 1940, deu-se o processo de reorganização da assistência com predomínio das ações tutelares pelo Estado brasileiro, marcado pela judicialização da infância e a formulação de políticas assistenciais protetivas nas duas décadas seguintes.

COORDENAÇÃO: STELA GUEDES CAPUTO

PARA PENSAR ÉTICA E ESTÉTICA ANTIRRACISTA NAS METODOLOGIAS AUDIOVISUAIS EM PESQUISAS COM CRIANÇAS

O barracão (local das festas públicas em um terreiro) do Ilê Omon Oyá Legi, em Mesquita, na Baixada Fluminense, estava abarrotado de gente. Depois de 21 dias de recolhimento para a iniciação, um barco (conjunto de pessoas que se inicia junto) de cinco novos iniciados saíria naquela tarde de 21 de janeiro de 2017. No barco, três adultos e duas crianças: Vitor Hugo Oliveira de Azevedo, de Ayrá (Orixá masculino regente do fogo, considerado um das qualidades de Xangô (orixá da justiça, fogo e trovões), de 10 anos, e Cauã Esteves, de Oxóssi (Orixá masculino, originário da cidade yorubá de Kétu. Patrono da Nação Kétu de candomblé. Mesmo que Odé), de 11 anos. Eu estava no terreiro, desde o dia 2 de janeiro, justamente para acompanhar a iniciação das crianças. A primeira chuva desse ano foi dia 4 de janeiro, depois não parou mais de chover. No dia da festa, a chuva deu uma trégua. Quintal limpo, barracão todo arrumado, as pessoas foram chegando e se acomodando nos bancos. São parentes e amigos dos novos iniciados. Porque pesquiso com crianças de terreiros, minha percepção estava nos dois meninos do barco. Contudo, como acontece geralmente, havia outras crianças na festa. São crianças iniciadas, integrantes desse mesmo terreiro e crianças visitantes, que frequentam a casa ocasionalmente. Existem, ainda, as abiãs (pessoas que frequentam o terreiro, estão integradas ao terreiro, mas ainda não foram iniciadas). Dandara Sophia, 7 anos, é abiã. Ela ajudou a enfeitar o barracão, ajeitou flores, arrumou laços, espalhou folhas. Também ela se enfeitou. Banho, cabelo penteado e um vestido novo. Na hora da festa, dançou, cantou, bateu palmas, saudou os novos iaôs e os orixás. Quando Xangô chegou no barracão ela correu, abriu espaço por entre as pessoas e abraçou o Deus iorubano. No intervalo do ritual, a procurei e perguntei porque ela abraçou o orixá e o que ela sentiu naquele abraço. Foi quando a menina respondeu: “Eu gostei muito. No coração de Xangô tem um tambor de fogo. Parecia uma guerra”. As reflexões desse novo projeto do Kékeré (pequeno, em yorubá) se inserem no que chamo de Estudos com Crianças de Terreiros (Caputo, 2006, 2012, 2018) e em nossa Fotoetnografia Miúda (Caputo, 2018). Elas também são praticados naquilo que George J. Sefa Dei chama de Metodologias de Investigação antirracistas (2008). Continuaremos tendo as crianças de terreiros como protagonistas, mas buscaremos avançar nas questões imagéticas e explicamos a seguir. Apesar dos métodos visuais nos estudos sociais da infância serem muito comuns, ainda é escassa a discussão sobre esse tipo de metodologia. Bem como é rara a discussão sobre ética nos processos de fotografia e vídeo. Que tensões desafiam os pesquisadores da infância e dos cotidianos que usam fotografias em suas pesquisas? Quais as normatizações importantes e princípios para os quais devemos ter atenção? O projeto que propomos permanecerá em diversos terreiros em que já pesquisamos, priorizando em nossa reflexão, a modalidade “produção de imagem de investigação” SARMENTO (2014), mas pensando uma ética/estética antirracista nas pesquisas com os cotidianos das crianças de terreiros. Ainda que focada nas pesquisas com crianças de terreiros, a pesquisa atual certamente contribuirá qualquer pesquisa que envolva audiovisualidades e infância.

COORDENAÇÃO: TALITA VIDAL PEREIRA

SE O CURRÍCULO NÃO TEM FUNDAMENTOS FIXOS. SE APRENDER É ACONTECIMENTO, COMO AVALIAR?

Este estudo é proposto como possibilidade de pensar a avaliação da e para as aprendizagens a partir de aportes pós-estruturalista e pós-fundacionalista. Trata-se de assumir uma perspectiva discursiva para problematizar a articulação conhecimento-currículo-avaliação sustentada em bases realistas que favorecem a sedimentação de sentidos de escolarização que orientam as práticas avaliativas nas escolas. No estudo o conhecimento é assumido como produção discursiva que se processa no campo de disputas pelo poder. Uma compreensão de conhecimento que sustenta a concepção de currículo como espaçotempo de enunciação cultural. A partir dessas reflexões o aprender é assumido como processo singular de subjetivação que não pode ser definitivamente controlado ou submetido a regras definidas a priori. O aprender como acontecimento derridiano, como aquilo que escapa às tentativas de calculabilidade. O desafio então é pensar a avaliação como ação pedagógica necessária, mas sempre arbitrária e contingente. Ação que para ser justa, não deve se contentar com a aplicação das normas ou regras existentes, mas assumir o risco absoluto, em cada situação singular de aprendizagem. Essas reflexões orientam a pesquisa empírica de natureza qualitativa que elege as narrativas de licenciandas em Pedagogia como material empírico a ser investigado com o objetivo de identificar sentidos de avaliação escolar articulados nas narrativas sobre a avaliação desses sujeitos em seus processos de formação. Compreender se, e como, sentidos realistas de conhecimento organizam essas narrativas que são tomadas como processo de ressignificação da experiência vivida, implicadas nas relações com o outro e carregadas de significados. Ou seja, também são parte dos processos de subjetivação.

COORDENAÇÃO: WALTER OMAR KOHAN

A VIDA (POLÍTICA) DO MESTRE NUMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: PAULO FREIRE

O projeto prolonga um trabalho entre filosofia, educação e infância, tanto desde a perspectiva da experimentação filosófica com crianças pequenas até a formação de professorxs, a partir de três conceitos articuladores: emancipação, infância e experiência. A emancipação é considerada, a partir de J. Rancière (2002; 2003), uma exceção à lógica da instituição, quando há uma igualdade fundamental entre os sujeitos envolvidos, para além de sua idade, classe social, etnia, gênero. A infância é uma categoria da subjetividade que permite pensar os sujeitos da aprendizagem para além da cronologia (Lyotard, 1997), bem como os cruzamentos entre temporalidade, transformação e subjetividade (Deleuze; Guattari, 1995). Diz respeito, por tanto, à infância de professorxs de creches e escolas. Finalmente, a filosofia como experiência de pensamento considera que a instituição escolar pode acolher um pensar disposto a colocar em questão seus pressupostos, comprometido na problematização de si e do mundo. Este projeto de pesquisa em cooperação internacional foi selecionado no edital 41/2017 - CAPES PRINT UERJ, com vigência de agosto de 2018 a julho de 2022. Para a CAPES, entende-se como projeto de internacionalização parcerias e intercâmbios regulares com grupos de pesquisa no exterior, envolvendo missões de trabalho de docentes e/ou missões de estudo de doutorandxs, bem como previsão de atividades dxs docentes como professorxs visitantes (pós-doutorado) juniores ou seniores no exterior, recebimento de alunxs e professorxs estrangeiros e cursos de capacitação, presenciais ou à distância.

ANEXO III

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1 Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2. A condição socioeconômica é fator principal do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:

- a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário sócio-econômico, dividido pelo número de pessoas.

- b) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- c) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- d) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- e) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;
- f) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

3. O candidato às cotas reservadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito às sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2.848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, dentre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

4. Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas estabelecido na Lei Estadual nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição

b) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis:

http://www.sr2.uerj.br/depq/download/cca/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas:

http://www.sr2.uerj.br/depq/download/cca/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 6.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

b.2) O Formulário de opção de cotas:

http://www.sr2.uerj.br/depq/download/cca/Formulario_Opcao_de_Cotas.doc

encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 6.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ.

5. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser encaminhadas no período estabelecido no item 6.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS) por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

5. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser entregues no período de inscrições estabelecido no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo Sistema de Cotas), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

6. Caso as vagas destinadas aos cotistas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em livre concorrência. Igualmente, os candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão passados automaticamente para a ampla concorrência.

7. Da Comissão de Análise Socioeconômica da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Assistentes Sociais para verificar se os candidatos optantes pelo Sistema de Reserva de Vagas por Cotas a Pós-Graduação Stricto Sensu se enquadram na condição de carência nos termos da lei, observados os requisitos previstos.

A análise abrange:

- Conferência de formulário socioeconômico com a documentação que o acompanha conforme explicitado em manual do candidato
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei
- Se necessário, entrevista individual com o candidato respeitando o sigilo profissional

8 Da Comissão de Análise de Opção de Cotas da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Pedagogos, Médicos, Advogados e Técnico-administrativos e terá como razão:

Verificar se os candidatos optantes pelo sistema de reserva de vagas para as cotas de negro, indígena, estudantes oriundos de rede pública de ensino ou de rede particular beneficiário de bolsa de estudo de Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, do Programa Universidade para Todos – PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo, portadores de deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, atendem às exigências legais e aos requisitos previstos.

DO RECURSO – Segundo o Manual do Candidato

O candidato que não concordar com o indeferimento proferido poderá solicitar recurso.

Nesta etapa, o candidato poderá anexar documentos, no prazo, local e horário estabelecidos no calendário.

Não caberá recurso, caso o candidato não tenha encaminhado documentação comprobatória alguma.

Em nenhuma hipótese, será admitida interposição de recurso e entrega de documentação fora do prazo estabelecido no calendário.

Os recursos encaminhados serão analisados, o indeferimento poderá ser mantido ou alterado, não havendo possibilidade de novo recurso.

